

juntos  
ReDemonstrações Financeiras 2024  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

/juntore.com

## JUNTO RESSEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

Submete-se à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Junto Resseguros S.A. ("Junto" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

## Desempenho Financeiro

Em 2024, a Companhia atingiu um *market share* de 27,28% na categoria riscos financeiros (dados SUSEP - dezembro/2024). O volume de prêmios de resseguros emitidos líquidos foi de R\$ 389,8 milhões (R\$ 392 milhões em 2023) e o patrimônio líquido ao final do exercício totalizou R\$ 372 milhões (R\$ 335,9 milhões em 2023). O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 65,9 milhões (R\$ 66 milhões em 2023), representando um ROAE de 18,6%. O sólido

desempenho financeiro e posição patrimonial se refletem nos *ratings* da Junto, equivalentes a "brAAA" pela Standard & Poor's e a "A- Excelente" na escala internacional pela AMBest.

## Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício é destinado à reserva legal, limitada a 20% do capital social. Os dividendos mínimos são de 25% sobre o lucro líquido após a destinação da reserva legal. O saldo remanescente é destinado à reserva de lucros, limitado ao total do capital social.

Em 28 de fevereiro de 2024, foram pagos R\$ 20,4 milhões como juros sobre o capital próprio, decorrentes do exercício de 2023. Adicionalmente, em 30 de abril de 2024 foram distribuídos R\$ 6,3 milhões de dividendos discricionários, oriundos das reservas de lucros. Em dezembro de 2024, foram destacados R\$ 22,8 milhões como juros sobre o capital próprio, em montante superior ao constante no estatuto social da Companhia e como parte integrante do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas, decorrentes do resultado do exercício de 2024.

## Combate à Fraude e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Companhia possui controles internos efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas, de acordo com a forma da lei e da regulamentação vigentes. Os controles internos no combate à fraude e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, contemplam a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento dos riscos envolvidos em situações relacionadas a fraude e lavagem de dinheiro, com relação aos produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais.

## Agradecimentos

Os executivos da Junto Resseguros agradecem aos seus acionistas, clientes e parceiros de negócios pela preferência e confiança e aos seus colaboradores pelo esforço, competência e lealdade que possibilitaram os resultados alcançados nesse exercício.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2025.

Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2024	2023
<b>Prêmios emitidos líquidos</b>		389.843	391.995
<b>Variações das provisões técnicas</b>		(90.389)	(92.301)
<b>Prêmios ganhos</b>	15.a	299.454	299.694
<b>Sinistros ocorridos</b>	15.b	(171.452)	(350.573)
<b>Outras despesas operacionais</b>		1.310	850
<b>Resultado com retrocessão</b>	15.c	(51.365)	130.423
<b>Despesas administrativas</b>	15.e	(14.083)	(11.666)
<b>Despesas com tributos</b>	15.f	(9.904)	(10.332)
<b>Resultado financeiro</b>	15.g	41.793	39.733
<b>Resultado operacional</b>		95.753	98.129
<b>Ganhos com ativos não correntes</b>		-	-
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		95.753	98.129
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(28.385)	(30.221)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	5	95
Participações sobre o resultado	18	(1.445)	(1.961)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>65.928</b>	<b>66.042</b>
Quantidade de ações		473.650.441	473.650.441
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		139,19	139,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS  
RESULTADOS ABRANGENTES  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>65.928</b>	<b>66.042</b>
<b>Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado</b>		
Variação no valor de mercado dos ativos financeiros a VJORA	(1.281)	3.679
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	513	(1.472)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>65.160</b>	<b>68.249</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS  
DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>65.928</b>	<b>66.042</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização		2	1
Provisões técnicas		282.207	476.573
Provisões técnicas de ativo de resseguro		(253.660)	(450.275)
Redução do valor recuperável de ativos		3.777	820
Provisão para imposto de renda e contribuição social	16	28.385	30.221
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	16	(5)	(95)
Outras provisões		-	(27)
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>			
Ativos financeiros		(28.966)	(55.260)
Créditos das operações com resseguros e retrocessão		(82.327)	(68.770)
Créditos fiscais e previdenciários		(465)	3.413
Despesas antecipadas		(46)	1
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	8	159.208	345.900
Outros ativos		(336)	(18)
Fornecedores e outras contas a pagar		43	(359)
Impostos e contribuições		(1.250)	(16.810)
Débitos de operações com seguros e resseguros		64.001	52.167
Provisões técnicas - seguros e resseguros	11	(181.025)	(353.702)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>55.471</b>	<b>29.822</b>
Imposto sobre lucro pagos		(28.559)	(12.469)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>26.912</b>	<b>17.353</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aquisição de intangível		(50)	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>		<b>(50)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio	13.c	(26.717)	(17.401)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>		<b>(26.717)</b>	<b>(17.401)</b>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>145</b>	<b>(48)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		108	156
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		253	108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Contratos de resseguros (nota explicativa 3.c); e
- Provisões técnicas e teste de adequação de passivos (notas explicativas 8, 10, 11 e 12).

**b. Segregação entre circulante e não circulante**

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante mensalmente, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujas expectativas de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e/ou passivos de impostos de renda e contribuição social diferidos são classificados

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
<b>Circulante</b>		<b>940.993</b>	<b>764.972</b>	<b>Circulante</b>		<b>688.442</b>	<b>620.103</b>
Disponível		253	108	Contas a pagar	9	22.571	22.874
Caixa e Bancos		253	108	Obrigações a pagar		21.039	19.301
<b>Aplicações</b>	6	<b>261.803</b>	<b>162.841</b>	Impostos e encargos sociais a recolher		595	623
<b>Créditos das operações com resseguros e retrocessões</b>		<b>322.499</b>	<b>288.144</b>	Encargos trabalhistas		88	77
Operações com seguradoras	7	261.670	247.626	Impostos e contribuições		425	2.333
Operações com retrocessionárias		53.271	33.442	Outras contas a pagar		424	540
Outros créditos operacionais		7.558	7.076	<b>Débitos de operações com resseguros e retrocessões</b>	10	<b>240.819</b>	<b>214.883</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas</b>	8	<b>355.013</b>	<b>313.303</b>	Prêmios a restituir	10.a	8.435	4.008
Títulos e créditos a receber		1.136	330	Operações com retrocessionárias	10.b	232.384	210.865
Títulos e créditos a receber		638	232	Corretores de seguros e resseguros		-	10
Créditos tributários		479	14	<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>	11   12	<b>425.052</b>	<b>382.346</b>
Outros créditos		19	84	<b>Passivo não circulante</b>		<b>834.179</b>	<b>736.902</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>284</b>	<b>238</b>	Contas a pagar	9	2.390	1.654
<b>Custos de aquisição diferidos</b>		<b>5</b>	<b>8</b>	Obrigações a pagar		2.390	1.654
Seguros		5	8	<b>Débitos de operações com resseguros e retrocessões</b>		<b>154.740</b>	<b>116.675</b>
<b>Não circulante</b>		<b>953.613</b>	<b>927.903</b>	Operações com retrocessionárias	10.b	154.740	116.675
Aplicações	6	196.734	268.011	<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>	11   12	<b>677.049</b>	<b>618.573</b>
<b>Créditos das operações com resseguros e retrocessões</b>	7	<b>172.668</b>	<b>128.475</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	13   14	<b>371.985</b>	<b>335.870</b>
Operações com seguradoras		172.668	128.475	Capital social		212.113	212.113
<b>Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas</b>	8	<b>583.809</b>	<b>531.067</b>	Reservas de lucros		160.393	123.510
Títulos e créditos a receber		350	345	Ajustes com títulos e valores mobiliários		(521)	247
Imobilizado		-	1	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>1.894.606</b>	<b>1.692.875</b>
Bens móveis		-	1				
Intangível		52	4				
Outros intangíveis		52	4				
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.894.606</b>	<b>1.692.875</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros			Ajuste a valor de mercado		Lucros	
	Capital social	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Títulos e valores mobiliários	acumulados	Total	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>212.113</b>	<b>26.728</b>	<b>51.186</b>	<b>(1.960)</b>	<b>-</b>	<b>288.067</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	66.042	66.042	
Reserva Legal (nota 13.c)	-	3.302	-	-	(3.302)	-	
Juros sobre o capital próprio (nota 13.c)	-	-	-	-	(20.446)	(20.446)	
Outras reservas de lucros	-	-	42.294	-	(42.294)	-	
Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	2.207	-	2.207	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>212.113</b>	<b>30.030</b>	<b>93.480</b>	<b>247</b>	<b>-</b>	<b>335.870</b>	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>212.113</b>	<b>30.030</b>	<b>93.480</b>	<b>247</b>	<b>-</b>	<b>335.870</b>	
Distribuição de dividendos complementares (nota 13.c)	-	-	(6.271)	-	-	(6.271)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	65.928	65.928	
Reserva Legal (nota 13.c)	-	3.296	-	-	(3.296)	-	
Juros sobre o capital próprio (nota 13.c)	-	-	-	-	(22.774)	(22.774)	
Outras reservas de lucros	-	-	39.858	-	(39.858)	-	
Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(768)	-	(768)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>212.113</b>	<b>33.326</b>	<b>127.067</b>	<b>(521)</b>	<b>-</b>	<b>371.985</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Junto Resseguros S.A., ("Companhia"), constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição em 7 de maio de 2008, obteve autorização para operar em todo território nacional, por meio da Portaria SUSEP nº 2.942 de 23 de maio de 2008, tendo como objetivo social efetuar operações de resseguro e retrocessão no segmento de ramo de danos, podendo ainda participar como acionista em outras sociedades, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes. Tem como único acionista a Junto Holding Brasil S.A. (Controladora), a qual é uma joint venture entre Paraná Banco S.A. (50,5%) e Travelers Brazil Acquisitions LLC (49,5%). O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Dr. Dário Lopes dos Santos, nº 2.197, 3º andar, Cj. 302, Bairro Jardim Botânico, Curitiba, PR, CEP 80010-210.

Em 24 de fevereiro de 2025 as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data.

## 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/2021.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

## Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados pela casa decimal mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

## 3 RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## a. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos

juntos  
Re

/juntore.com

Demonstrações Financeiras 2024  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO RESSEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

← continuação



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

no ativo ou passivo não circulante e compensados quando atendido os critérios definidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos de provisões técnicas estão registrados no circulante e não circulante conforme a respectiva expectativa de realização atualizada anualmente. Os demais ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

**c. Classificação dos contratos de resseguros**

O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele também é definido como uma operação em que o emiteente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do CPC 11 - contratos de seguro.

Os resseguros são tipicamente divididos entre as seguintes modalidades:

**Contratos facultativos**

Destina-se à uma operação isolada, negociada entre segurador direto e o ressegurador. Nesta modalidade, o contrato de resseguro é firmado para um risco isolado.

**Contratos automáticos**

Nesta modalidade a cedente e a Companhia definem previamente a estrutura do contrato abrangendo, dentre outros itens, a responsabilidade da Companhia sobre os riscos e as condições em que esses riscos podem ser automaticamente incluídos no contrato de resseguro.

**Contratos não proporcionais**

Nessa modalidade, a Companhia estabelece junto à uma entidade resseguradora, um teto de cobertura (excesso de danos), de modo que a Companhia será indenizada quando o valor de um evento ultrapassar um montante definido previamente (prioridade) até um limite máximo (limite de cobertura).

**d. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem recursos financeiros com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, possuindo conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

**e. Aplicações**

A classificação de ativos financeiros, é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com suas características de fluxo de caixa contratuais. Os títulos e valores mobiliários, detidos em carteira, são classificados nas seguintes categorias de acordo com a intenção da Administração:

**(i) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Representados por títulos e valores mobiliários mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado ou vendido, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Um ativo financeiro é calculado ao VJORA se atender às duas condições abaixo e não for designado como mensurado pelo VJR:

- For mantido em um modelo de negócios que cumpre seu objetivo tanto pela cobrança de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais, em datas especificadas, levam a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o principal valor em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar por irrevogavelmente apresentar mudanças subsequentes no valor justo em DRA. A escolha é feita em uma base de instrumento a instrumento, de acordo com o modelo de negócios. A Companhia tomou essa decisão para o investimento em Ações de companhias abertas detidas em carteira.

**(ii) Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Títulos e valores mobiliários são classificados pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisão de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, sendo contabilizados pelo valor justo por meio do resultado, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

**f. Crédito das operações com resseguros e retrocessões, títulos e outros créditos a receber, ativos de retrocessão e custos de aquisição diferidos**

Demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer provisões para perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas de encerramento do balanço, combinados com os seguintes aspectos:

- Ativos de retrocessão - provisões técnicas referem-se a: (i) prêmios de retrocessões diferidos, os quais são constituídos pelo valor dos prêmios cedidos em retrocessão, correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata dia", segundo o tipo de contrato e base de cessão. Esta provisão está sendo constituída de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em nota técnica atuarial - NTA; (ii) Provisão de Excedente Técnico (PET) a receber, constituída com base nos critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de retrocessão, que tem previsão para participação da Companhia nos lucros dos contratos (superávits técnicos). Seu valor é calculado mensalmente e recebido anualmente.
- A Companhia mantém com retrocessionárias contratos de excesso de danos para cobertura do excedente de retenção das operações de resseguros, com vigências anuais e pagamentos trimestrais. Os prêmios de resseguro relativos a contratos de excesso de danos são registrados com base no valor do prêmio mínimo do contrato e diferidos pelo prazo médio da vigência das apólices emitidas.
- Comissão diferida de prêmio de retrocessão cedido, referem-se a comissões de apólices cedidas aos retrocessionários, cujo reconhecimento contábil é realizado pelo período de vigência das apólices.
- Os títulos e créditos a receber são demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias, auferidos até a data de encerramento dos balanços.

**g. Redução ao valor recuperável****Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

**(i) Redução ao valor recuperável de aplicações financeiras**

Uma provisão para perdas deve ser reconhecida em um valor igual à ECL (sigla para termo em inglês de *Expected Credit Loss*) para 12 meses ou ECL para a vida inteira do instrumento financeiro. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas de crédito esperadas resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 meses são uma parte das ECLs para a vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 meses após a data de apresentação.

A Companhia calcula as provisões para perdas com aplicações financeiras como um valor igual ao ECL para a vida inteira, exceto nos casos descritos abaixo, para os quais o valor reconhecido será de ECL de 12 meses:

- Títulos de dívida que são determinados como tendo baixo risco de crédito na data do relatório; e
- Outros instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não teve um aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Ao determinar se o risco de crédito em um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia considera as informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

**Mensuração da ECL**

ECL é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como todos os déficits de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Os principais insumos para a mensuração da ECL são as estruturas de prazo da Probabilidade de Default ("PD", sigla para termo em inglês de *probability of default*), a Exposição no Default ("EAD", sigla para termo em inglês de *exposure at default*) e a Perda em caso de Default ("LGD", sigla para termo em inglês de *loss given default*). A ECL para ativos financeiros, para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente, é calculado multiplicando a PD de 12 meses pela respectiva LGD e EAD. A ECL para a vida inteira é calculada multiplicando a PD de toda vida do instrumento financeiro pelas respectivas LGD e EAD.

**(ii) Redução ao valor recuperável de prêmios a receber**

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo sobre bases de dados históricas de parcelas a receber e dos riscos de inadimplência. O intervalo do estudo é exaustivo o suficiente para o acompanhamento dos valores a receber para que haja estabilidade nos recebimentos (determinação do *workout* da carteira).

Após a definição do *workout*, determinam-se as faixas de atraso a serem estudadas, que se dá pela análise de homogeneidade da perda observada, acrescida de um fator de agravamento ou desagravo de *Forward Looking*, com base no comportamento futuro esperado de indicadores macroeconômicos que tiveram forte correlação estatística no comportamento histórico da carteira.

**(iii) Redução ao valor recuperável de ativos de retrocessão**

A redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador é calculada a partir do risco de inadimplência do respectivo devedor.

O estudo realizado pela Companhia considera o rating de cada ressegurador, para a determinação da PD.

O saldo em aberto na data-base, é multiplicado pela PD definida e pela LGD, que é fundamentada por referências do Basileia II.

Adicionalmente, realiza-se a ponderação sobre a EAD, que considera os valores efetivamente expostos ao risco de crédito na data-base.

**Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

A redução do valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

Com relação à provisão para recuperabilidade de ativos, a Companhia não identificou indícios de que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

**h. Investimentos**

O Investimento é inicialmente reconhecido pelo custo, o que inclui os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, o investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, reconhecida no resultado da Companhia.

**i. Intangível**

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem marcas e patentes, demonstrados pelo custo.

As marcas e patentes tem o seu valor recuperável, no mínimo, testado anualmente.

**j. Provisões técnicas e provisões judiciais**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas, combinado com os seguintes aspectos:

- As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais - NTA.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de resseguros correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata dia". A PPNG inclui um valor que corresponde aos prêmios estimados dos riscos vigentes, mas não emitidos ("RVNE"), estimada através de triângulo de run-off, de uma base histórica de 60 meses.
- A Provisão de Excedente Técnico (PET) a pagar é constituída com base nos critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de resseguro, firmados com as retrocessionárias integrantes de cada contrato, que tem previsão para participação da cedente nos lucros dos contratos (superávits técnicos). Seu valor é apurado mensalmente e pago anualmente.
- Custo de aquisição diferido (DCD) - As despesas de comercialização com comissões de resseguros pagas para as seguradoras são diferidas de acordo com o prazo de vigência das apólices. Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações, os custos de aquisição diferidos estão classificados no passivo como redutores da PPNG.
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de valor a indenizar com base nos avisos de sinistros recebidos, e ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas técnicas. Os sinistros judiciais existentes na data do balanço são atualizados e corrigidos monetariamente. A PSL inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, em decorrência de disputas judiciais em curso, sendo constituída com base nas notificações de ajuntamento recebidas e de processos em fase de regulação de sinistros, até a data-base das demonstrações financeiras.
- A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros e abrange tanto as despesas atribuíveis individualmente a cada sinistro como também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

• A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída através do método Chain Ladder que parte do pressuposto de que a ocorrência histórica dos avisos dos sinistros são indicativos de padrões futuros de aviso de sinistros, tendo como base a experiência própria da Companhia.

• Para estimar ajustes de valores relativos a sinistros avisados e que podem sofrer alteração ao longo do processo de regulação é realizado um estudo com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foi necessária a constituição da provisão adicional de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNEr).

• Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado com objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, primeiramente reduzindo-se as despesas de comercialização diferidas e os ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular nº 648/2021 e alterações, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, em consistência com as informações presentes no mercado financeiro. Foram apurados os fluxos de caixa estimados para prêmios, sinistros, comissões e despesas, e mensurados na data-base descontando-os através de estrutura a termos da taxa de juros livre de risco (ETTJ) definida pela SUSEP para a curva pré-fixada. Para o fluxo de pagamentos futuros de sinistros foi levado em consideração os dados históricos da Companhia. As premissas consideradas para o cálculo do TAP foram:

	2024
Sinistralidade média	31,16%
Despesas administrativas	5,17%
Tributos	4,65%
Outras receitas e despesas operacionais	(0,44)%
Despesas não alocáveis/alocáveis aos sinistros	0,45%
Cancelamento	28,04%

• O cálculo do TAP não revelou a necessidade de constituição de provisão adicional no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

• Segundo disposto no CPC 25, uma provisão é reconhecida no balanço da Companhia quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, ou quando existe uma obrigação legal. Quando aplicável, as provisões para contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas.

**k. Benefícios a empregados****Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**Plano de aposentadoria complementar**

A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus colaboradores, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. A Companhia é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes.

**Participação dos colaboradores nos resultados**

A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus colaboradores conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho" específico sobre a participação dos empregados, nos Lucros e Resultados da Junto Resseguros S.A. Tais despesas são registradas no resultado do período na rubrica "Participações sobre o resultado".

**l. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 mil. Para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") a alíquota é de 15%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a compensar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou compensados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis irrelevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**m. Apuração do resultado**

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

A contabilização dos prêmios de resseguros é feita na data de emissão das apólices/contratos ou na data do início de vigência do risco, a que ocorrer primeiro. Os prêmios de resseguros, os prêmios de retrocessão, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices, ou prazo estimado do contrato (para a parcela do prêmio de resseguro estimado). Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes não emitidos são estimados através de triângulo de run-off, considerando o histórico de 60 meses, tendo como base a experiência própria da Companhia.

As participações nos lucros a receber sobre os contratos de retrocessão e as participações nos lucros a pagar sobre os prêmios de resseguros emitidos são registradas de acordo com o prazo de vigência das apólices, à medida que os resultados decorrentes dessas operações possam ser estimados com razoável segurança.

**n. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos sobre fundos investimentos não exclusivos e títulos de renda fixa privados e públicos. Adicionalmente, a Companhia registra em receitas financeiras da operação, os ressarcimentos dos juros incorridos das operações de resseguros e retrocessão.

As despesas financeiras abrangem juros pagos nas operações de resseguros, despesas e encargos com tributos.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

**4 MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS PRÁTICAS MATERIAIS****a. CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

Considerando as exigências da Circular SUSEP nº 678/2022, a Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2024, no que tange à classificação e mensuração das aplicações financeiras.

**i. Ativos financeiros - Classificação**

A classificação de ativos financeiros, de acordo com o CPC 48, geralmente é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com suas características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 inclui três principais categorias de mensuração para ativos financeiros — mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR") — e elimina as categorias anteriores da CPC 38, de investimentos, empréstimos e recebíveis mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

Devido os ativos financeiros, constantes na carteira na data de implementação, que foram avaliados quanto as características de pagamento de principal e juros (teste de SPPI), e a gestão do portfólio de investimentos estar alinhada com o modelo de negócio, a Companhia não apurou impactos em seu balanço em relação à reclassificação dos instrumentos financeiros, assim, os ativos financeiros contabilizados como disponíveis para venda foram

juntos  
Re

/juntore.com

Demonstrações Financeiras 2024  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

JUNTO RESSEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

★ continuação



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No caso dos fundos de investimentos, manteve-se a mensuração a Valor Justo por Meio do Resultado (VJR), conforme demonstrado abaixo:

Em 1 de janeiro de 2024 (data da transição)

Instrumento Financeiro	Classificação original - CPC 38	Nova classificação - CPC 48
Quotas de fundos de investimentos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Títulos de renda fixa - Públicos	Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Letras financeiras	Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
DPGE	Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

## ii. Redução ao valor recuperável (somente para aplicações financeiras)

O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida no CPC 38 por um modelo prospectivo de perda esperada de crédito. Isso exige julgamento sobre como as mudanças nos fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, ("ECLS", sigla para termo em inglês de *expected credit losses*), que serão determinadas com base na probabilidade ponderada. O novo modelo de redução ao valor recuperável passou a ser aplicado aos ativos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado e investimentos de dívida ao VJORA, conforme descrito em Nota Explicativa nº 3.g.

## Impacto

O reconhecimento de provisões para perdas adicionais na adoção do CPC 48 refere-se principalmente a investimentos de dívida mensurados ao VJORA, excluindo os títulos públicos e os instrumentos garantidos pelo FGC, para os quais a Companhia possui estudo que suporta a não constituição de ECL. Com base nos estudos realizados, não observou-se mudanças na posição patrimonial do exercício comparativo e atual.

## b. Circular SUSEP nº 678/2022

## i. Redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber

Com vigência no exercício de 2024, a referida circular modificou os critérios para cálculo da redução ao valor recuperável de prêmios a receber, que passa a ser constituída:

- preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou
- a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que está opção seja mais aderente.

A Companhia aprimorou o seu estudo técnico, para contemplar:

- Indicação dos agrupamentos de prêmios a receber utilizados pela sociedade seguradora para fins de constituição de RVR;
- dados históricos por agrupamento utilizados no cálculo da probabilidade de inadimplência;

e

- variáveis econômicas utilizadas no cálculo da probabilidade de inadimplência, se utilizada. O estudo é atualizado, no mínimo, nas datas-bases de elaboração das demonstrações financeiras.

## ii. Redução ao valor recuperável de ativos com retrocessionário

A Circular SUSEP nº 678/2022 passou a exigir que a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador ou um retrocessionário passe a ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada contraparte. Considera-se para cálculo do risco de inadimplência, no mínimo:

- o histórico de perdas com o ressegurador/retrocessionário;
- análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador/retrocessionário;
- eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro ou retrocessão que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.

Considerando os novos requerimentos aplicados aos estudos supracitados, houve um impacto no resultado do exercício de R\$ 222 (R\$ 133 líquido dos efeitos tributários).

## c. Novas normas ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas demonstrações financeiras.

## i. CPC 50 - Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do referido pronunciamento técnico é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendada pela SUSEP.

## ii. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a emenda constitucional 132 que estabelece as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2023, de cinco tributos - ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS - em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de leis complementares que serão avaliadas e adotadas pela Companhia quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

## 5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco operacional;
- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Em conformidade com as disposições regulatórias vigentes, apresentamos a seguir as informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação dos riscos acima mencionados.

## Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar (ou mitigar) perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte no planejamento das atividades e dos negócios, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, buscando adequação dos níveis de riscos aos objetivos estratégicos estabelecidos, os quais estão norteados pela regulamentação vigente, melhores práticas internacionais e políticas corporativas.

O processo de gerenciamento de riscos está institucionalizado, através da sua governança corporativa, a qual abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios, áreas operacionais e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos, os quais destacamos (porém, não se limitando a estes):

- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Elaboração, revisão e implementação de políticas e manuais de procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais, adequação de controles e procedimentos para tratamento e mitigação dos riscos identificados;
- Monitoramento do banco de dados de perdas operacionais, ações corretivas para reversão das perdas e mitigação/eliminação da causa raiz;
- Plano de continuidade de negócios; e
- Programa de treinamento de Compliance com ênfase aos temas de controles internos, gestão de riscos, código de ética, prevenção à lavagem de dinheiro, anticorrupção, proteção de dados, segurança da informação e demais temas correlacionados e previstos em legislação e regulação vigentes.

## Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na Estrutura de Gestão de Riscos, proporcional e compatível com a natureza, escala e complexidade de suas operações, bem como adequada com o seu Sistema de Controles Internos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do Value at Risk (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de banco de dados de perdas operacionais, análises de resultados de testes e controles, auditorias, buscando a integração com as análises estratégicas na gestão dos riscos.

Para assegurar o processo de gerenciamento de riscos com o seu ambiente de governança corporativa, a Companhia conta com as seguintes comissões/comitês que existem dentro da estrutura de Grupo no qual faz parte:

• **Comitê de subscrição:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os riscos de subscrição de maior complexidade e com importância segura que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.

• **Comitê de Deliberações do Jurídico e Sinistro:** constituído para deliberar na análise técnica e na tomada de decisões no tocante as expectativas de sinistros, registros de sinistros e aos processos judiciais que sejam relativos às apólices emitidas pela Companhia.

• **Comitê de auditoria:** reporta-se ao Diretor Presidente e à Assembleia Geral e possui atribuições para revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos com base na regulamentação vigente e das políticas internas; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Diretor Presidente o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

• **Comitê de crédito:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os limites de crédito a serem concedidos ou alterados para clientes e potenciais clientes que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.

• **Grupo de trabalho de investimentos:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de investimentos, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho da carteira de investimentos e propor, para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as diretrizes de investimentos para os ativos das Companhias.

• **Comissão executiva:** composta por membros da Diretoria Estatutária, cabe a esta comissão zelar pela qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições multidisciplinares para deliberarem sobre temas de relevância, atrelados ao ambiente corporativo e de negócios, assim sendo, também é parte dessa comissão a deliberação de matérias relacionadas ao ambiente de controles internos, tais como prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro, Código de Ética e Conduta, Plano de Compliance e demais temas correlacionados;

• **Reuniões executivas de riscos:** acontecem individualmente ou em grupo, normalmente a composição é por um grupo multidisciplinar, inclusive por Diretor e membro do Conselho de Administração, que se reúne periodicamente para analisar, debater e promover recomendações que possam colaborar na eficiência da gestão e estrutura de riscos, bem como na avaliação do sistema de controles internos, conforme melhores práticas e disposições regulatórias vigentes. É parte dessas reuniões o acompanhamento dos planos de ações referente as eventuais recomendações e apontamentos oriundos dos relatórios das auditorias internas e externas, sob forma de assegurar a conformidade com o apetite de riscos da Companhia e seu ambiente de governança corporativa.

Sensibilidade	Total de provisão de sinistros	Valor Presente Sinistros Passados(*)	Sensibilidade Sinistros Passados(*)	Riscos financeiros (garantia) em 31 de dezembro de 2024			
				Total PPNG líquida da DCD	Valor Presente Sinistros Futuros(**)	Sensibilidade Sinistros Futuros(**)	Ajuste Passivos Atuariais (PCC)
(1) Cenário-Base	373.951	302.869	(71.082)	727.908	159.719	(568.189)	-
(2) Sinistralidade + 10pp	373.951	302.869	(71.082)	727.908	198.238	(529.670)	-
(3) Despesas + 10%	373.951	302.869	(71.082)	727.908	200.116	(527.792)	-
(4) Juros - 10%	373.951	308.211	(65.740)	727.908	163.444	(564.464)	-
(5) Juros + 10%	373.951	297.798	(76.153)	727.908	156.166	(571.742)	-

(\*) Sinistros passados: reserva total necessária na data-base, relativa a sinistros que já ocorreram (inclui IBNR e PDR). A sensibilidade de sinistralidade não afeta o valor presente dos sinistros passados.

(\*\*) Sinistros futuros: Montante de sinistros relativo a PPNG em estoque na data-base (líquida da DCD).

(1) Líquida de DCD e Ativos Intangíveis.

(2) Acréscimo de 10pp na Sinistralidade.

(3) Acréscimo de 10% nas Despesas Administrativas.

(4) Decréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros.

(5) Acréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros.

## Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito, no resultado, passivo e patrimônio líquido, de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo,

Sinistros brutos de retrocessão:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Montante de sinistros incorridos	294.003	93.700	136.704	81.664	14.769	69.806	17.784	14.853	47.950	113.412	77.011	77.011
No ano de ocorrência	324.798	95.414	140.624	87.975	30.889	87.668	26.600	26.473	308.394	194.744	-	194.744
Um ano após a ocorrência	366.753	96.561	166.122	92.070	30.893	87.669	26.693	27.078	324.218	-	-	324.218
Dois anos após a ocorrência	367.130	96.870	168.013	92.344	30.897	87.751	27.472	27.671	-	-	-	27.671
Três anos após a ocorrência	367.233	97.235	168.099	92.911	32.031	87.784	27.474	-	-	-	-	27.474
Quatro anos após a ocorrência	368.505	97.248	168.099	93.774	32.031	87.814	-	-	-	-	-	87.814
Cinco anos após a ocorrência	368.657	97.250	168.127	93.774	32.031	-	-	-	-	-	-	32.031
Seis anos após a ocorrência	368.729	97.258	168.127	93.774	-	-	-	-	-	-	-	93.774
Sete anos após a ocorrência	368.749	97.258	168.133	-	-	-	-	-	-	-	-	168.133
Oito anos após a ocorrência	376.505	97.258	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.258
Nove anos após a ocorrência	376.517	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	376.517
Dez anos após a ocorrência	376.517	97.258	168.133	93.774	32.031	87.814	27.474	27.671	324.218	194.744	77.011	1.506.645
Estimativa dos sinistros na data-base	136.037	94.511	149.455	93.155	31.469	84.296	27.317	27.176	318.443	190.589	37.986	1.190.434
Pagamento de sinistros efetuados	240.480	2.747	18.678	619	562	3.518	157	495	5.775	4.155	39.025	316.211
Sinistros Pendentes												

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR R\$ 3.003.



**junto**  
**Re**

[/juntore.com](http://juntore.com)

## Demonstrações Financeiras 2024

### EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

**JUNTO RESSEGUROS S.A.**

CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

→ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

Sinistros líquidos de retrocessão:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
<b>Montante de sinistros incorridos</b>												
No ano de ocorrência	60.335	17.100	36.295	2.388	1.458	34.652	626	760	-189	4.077	6.365	6.365
Um ano após a ocorrência	70.435	17.884	37.992	2.756	4.890	35.407	1.755	1.940	6.033	6.929	-	6.929
Dois anos após a ocorrência	91.149	18.644	45.735	4.432	4.892	35.408	1.791	2.371	9.795	-	-	9.795
Três anos após a ocorrência	91.313	18.891	46.803	4.583	4.765	35.451	2.180	2.665	-	-	-	2.665
Quatro anos após a ocorrência	91.380	19.183	46.808	5.087	5.896	35.468	2.180	-	-	-	-	2.180
Cinco anos após a ocorrência	91.946	19.194	46.808	5.381	5.896	35.483	-	-	-	-	-	35.483
Seis anos após a ocorrência	92.035	19.196	46.832	5.381	5.896	-	-	-	-	-	-	5.896
Sete anos após a ocorrência	92.075	19.205	46.832	5.381	-	-	-	-	-	-	-	5.381
Oito anos após a ocorrência	92.089	19.205	46.837	-	-	-	-	-	-	-	-	46.837
Nove anos após a ocorrência	99.844	19.205	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.205
Dez anos após a ocorrência	99.853	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99.853
<b>Estimativa dos sinistros na data-base</b>	99.853	19.205	46.837	5.381	5.896	35.483	2.180	2.665	9.795	6.929	6.365	240.589
<b>Pagamento de sinistros efetuados</b>	<b>72.556</b>	<b>17.887</b>	<b>40.145</b>	<b>5.011</b>	<b>5.597</b>	<b>33.698</b>	<b>2.133</b>	<b>2.427</b>	<b>7.563</b>	<b>6.103</b>	<b>3.772</b>	<b>196.892</b>
<b>Sinistros Pendentes</b>	<b>27.297</b>	<b>1.318</b>	<b>6.692</b>	<b>370</b>	<b>299</b>	<b>1.785</b>	<b>47</b>	<b>238</b>	<b>2.232</b>	<b>826</b>	<b>2.593</b>	<b>43.697</b>

(a) Não foram considerados no desenvolvimento das provisões de despesas relacionadas de IBNR R\$ 574.

### c. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

#### Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes em relação às classificações de crédito, por Companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

#### Controle de risco de crédito

Atualmente, a principal exposição ao risco de crédito se limita ao risco soberano pela exposição ao governo federal via títulos públicos e ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) via Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Companhia e seus ratings:

Rating	31 de dezembro de 2024			
	AAA	AA-	BB	Sem Classificação
Títulos Públicos (a)	-	396.208	-	396.208
Quotas de fundos de investimentos	-	-	37.588	37.588
DPGE	24.741	-	-	24.741
<b>Total</b>	<b>24.741</b>	<b>396.208</b>	<b>37.588</b>	<b>458.537</b>
Representatividade	5%	86%	8%	100%

  

Rating	31 de dezembro de 2023			
	AAA	A	BB	Sem Classificação
Títulos Públicos (a)	-	374.863	-	374.863
Quotas de fundos de investimentos	-	-	24.172	24.172
Letras financeiras	9.816	-	-	9.816
DPGE	22.001	-	-	22.001
<b>Total</b>	<b>9.816</b>	<b>22.001</b>	<b>374.863</b>	<b>430.852</b>
Representatividade	2%	5%	87%	6%

(a) Considerado o rating soberano na escala internacional para os títulos públicos.

#### Exposições ao risco de resseguro

A Companhia está exposta a concentrações de risco com retrocessionárias, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de retrocessionárias que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de retrocessão, limitando as que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das retrocessionárias é avaliado regularmente.

A tabela a seguir apresenta a exposição de retrocessão do exercício, distribuída por rating de crédito, obtido junto às agências de classificação de risco. Os valores apresentados referem-se à exposição da provisão de sinistros pendentes de pagamentos, na rubrica de Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas.

Classe	Categoria de Risco (*)	2024		2023	
		Exposição (**)	%	Exposição (**)	%
Admitida	AA+	8	0,0%	-	0,0%
Eventual	AA+	10	0,0%	-	0,0%
Eventual	A+	438	0,2%	560	0,2%
Local	A+	-	0,0%	1.347	0,5%
Admitida	AA	91.495	35,2%	91.279	35,4%
Eventual	AA	3.764	1,4%	3.184	1,2%
Local	AA	83.856	32,2%	83.434	32,4%
Admitida	A	30.427	11,7%	36.541	14,2%
Eventual	A	16.011	6,2%	6.034	2,3%
Local	A	1.099	0,4%	-	0,0%
Admitida	AA-	-	0,0%	959	0,4%
Eventual	AA-	-	0,0%	427	0,2%
Admitida	A-	859	0,3%	793	0,3%
Eventual	A-	9	0,0%	-	0,0%
Local	A-	32.099	12,3%	33.243	12,9%
<b>Total</b>		<b>260.075</b>	<b>100,0%</b>	<b>257.801</b>	<b>100%</b>

(\*) Classificados conforme a agência A.M. Best.

(\*\*) Refere-se a sinistros pendentes de pagamentos, ativos de retrocessão, comforme divulgado na nota explicativa 8b.

### d. Risco de liquidez

A Companhia possui forte posição de liquidez que é mantida por meio de política de gerenciamento de liquidez para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

#### Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Administração e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. As prerrogativas consideradas pela Companhia para o monitoramento deste risco estão descritas no Manual de Procedimentos de Liquidez e na Nota Técnica de Risco de Riscos da Companhia, cujos documentos possuem sinergia com o disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021 e alterações posteriores. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a lidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. As principais diretrizes a serem consideradas para a gestão do risco são:

- Política de Investimentos compatível com o perfil de risco da companhia;
- Projeção futura dos passivos, visando a cobertura correta sobre cenários de estresse;
- Monitoramento e projeção mensal dos ativos vinculados ante os passivos a serem cobertos; e

• Monitoramento da cobertura do PLA ante o Capital Mínimo Requerido. Conforme descrito em Nota Técnica Atuarial, a Companhia entende como um patamar estável de suficiência o índice de 260%, representado pela relação entre a suficiência de PLA frente ao CMR (vide nota explicativa 14).

#### Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é avaliado pela conciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de resseguro. A qualidade dos investimentos é suficiente para suprir as demandas de liquidez.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. Conforme descrito em Nota Técnica Atuarial, o limite técnico de segurança utilizado para 31 de dezembro de 2024 foi de 12% do Capital Mínimo Requerido.

#### Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Em conformidade pelo disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021 e alterações, a companhia adota os processos de estudo da evolução dos passivos por meio do teste de adequação dos passivos e conduz o estudo do casamento entre seus fluxos de ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O monitoramento da carteira de contratos de resseguros e retrocessão permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (aceite, emissão e sinistros); casamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado, semestralmente, como objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
Fluxo de 0 a 6 meses	352.512	303.786
Fluxo de 6 a 12 meses	370.018	218.702
Fluxo de 12 a 60 meses	467.285	255.209
Fluxo acima de 60 meses	20.219	16.473
<b>Total</b>	<b>1.210.034</b>	<b>794.170</b>

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base no fluxo de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos das operações com resseguros e retrocessão e ativos de resseguros e retrocessão.

(ii) O fluxo de passivos considera os débitos das operações com resseguros e retrocessão e as provisões técnicas.

Apesar dos vencimentos contratuais dos ativos e passivos, os ativos mantidos pela Companhia possuem liquidez e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às suas obrigações.

#### Gerenciamento de capital

A abordagem de gerenciamento de capital da Companhia é orientada pelas suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e comercial em que se opera.

É objetivo da Companhia manter uma base de capital forte para suportar o desenvolvimento dos seus negócios e para atender os requisitos regulamentares de capital em todos os momentos.

O gerenciamento de capital da Companhia incorpora uma série de medidas diferentes de capital e inclui o capital investido e o regulatório, definidos como:

- Capital investido é definido como o capital investido na Companhia pelos seus acionistas; e
- Capital regulatório é o capital que a Companhia é obrigada a manter conforme determinado pela regulamentação vigente (nota explicativa 13).

#### e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia.

#### Gerenciamento de risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### Controle de risco de mercado

A composição da carteira da Companhia corresponde, substancialmente, a investimentos em Títulos Públicos, incluindo Fundos de Investimento. Para o controle de risco de mercado utiliza-se o VaR paramétrico com intervalo de confiança de 95% e testes de estresse que simulam diversos cenários como, por exemplo, aqueles usados pela B3 S.A. para cálculo de margens.

#### Exposição ao risco de mercado

Atualmente, a principal exposição ao risco de mercado se limita, substancialmente, às taxas de juros básicas, que impactam diretamente os títulos públicos, as letras financeiras e os investimentos em DPGEs.

#### Ativos financeiros

Segue abaixo a análise de sensibilidade de instrumentos financeiros, excluindo as aplicações em fundos de investimentos, considerando cada tipo de risco e percentuais de deterioração, a saber:

- (i) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 1% na variável de risco considerada (taxa de juros).
- (ii) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (taxa de juros).
- (iii) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (taxa de juros).

#### Sensibilidade de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2024

Carteira própria - TVM	Valor-base	Alta DI - Valorização:			Baixa DI - Deterioração:		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
LFT	347.971	423	10.570	21.139	(423)	(10.570)	(21.139)
NTN-F	5.563	7	169	338	(7)	(169)	(338)
NTN-B	11.645	14	354	707	(14)	(354)	(707)
LTN	31.029	38	942	1.885	(38)	(942)	(1.885)
DPGE	24.741	30	751	1.503	(30)	(751)	(1.503)

#### Efeito no patrimônio líquido

	(16)	(397)	(795)	16	397	795
<b>Efeito no resultado</b>	<b>528</b>	<b>13.184</b>	<b>26.368</b>	<b>(527)</b>	<b>(13.184)</b>	<b>(26.368)</b>

O índice de CDI considerado: 12,15% a.a. foi obtido através de informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil, acumulando o índice até 31 de dezembro de 2024.

## 6 APLICAÇÕES

### a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Valor justo	31 de dezembro de 2024	
				Custo atualizado	Ajuste a valor justo
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa		37.588	37.588	37.588	-
<b>Mensuradas ao VJR</b>		<b>37.588</b>	<b>37.588</b>	<b>37.588</b>	<b>-</b>
LFT	100% SELIC	347.971	347.971	347.893	78
LTN	Pré: 10,3%	31.029	31.029	31.031	(2)
NTN-F	Pré: 10,6%	5.563	5.563	6.041	(478)
NTN-B	100% IPCA	11.645	11.645	12.227	(582)
DPGE	110% CDI   DI +1,3%	24.741	24.741	24.626	115
<b>Mensuradas ao VJORA</b>		<b>420.949</b>	<b>420.949</b>	<b>421.818</b>	<b>(869)</b>
<b>Total aplicações</b>		<b>458.537</b>	<b>458.537</b>	<b>459.406</b>	<b>(869)</b>

### b. Aplicações financeiras por prazo e por título

	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Valor justo	31 de dezembro de 2023	
				Custo atualizado	Ajuste a valor justo
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa		24.172	24.172	24.172	-
<b>Mensuradas ao VJR</b>		<b>24.172</b>	<b>24.172</b>	<b>24.172</b>	<b>-</b>
LFT	100% SELIC	315.464	315.464	315.339	125
NTN-F	Pré: 10,6%	53.273	53.273	53.145	128
LTN	Pré: 4,9% a 10,3%	6.126	6.126	6.012	114
Letras financeiras	CDI +0,75%	9.816	9.816	9.815	1
DPGE	110% CDI - CDI+1,3%	22.001	22.001	21.957	44
<b>Mensuradas ao VJORA</b>		<b>406.680</b>	<b>406.680</b>	<b>406.268</b>	<b>412</b>
<b>Total aplicações</b>		<b>430.852</b>	<b>430.852</b>	<b>430.440</b>	<b>412</b>

### c. Movimentação aplicações financeiras

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
LFT	315.464	309.039	315.464	315.339
LTN	53.273	(25.038)		



junto  
Re

[/juntore.com](http://juntore.com)

## Demonstrações Financeiras 2024

### EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

## JUNTO RESSEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70  
 Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197  
 3º andar | Curitiba/PR

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

#### 7 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES

##### a. Operações com seguradoras

As operações com seguradoras contemplam os prêmios de resseguro a receber das seguradoras, a provisão para riscos vigentes mas não emitidos e o prêmio mínimo de contratos de excesso de danos firmados com seguradoras.

	31 de dezembro de 2024			
	Prêmios a receber	Prêmios RVNE	Provisão Riscos de Crédito	Total
<b>Ramos</b>				
Garantia obrigações privadas	2.694	-	-	2.694
Garantia obrigações públicas	(2)	-	(11)	(13)
Fiança locatícia	2.718	391	(11)	3.098
Crédito interno	37.904	6.729	-	44.633
Crédito exportação	2.198	5.880	-	8.078
Garantia segurado setor público	307.237	14.286	(6.780)	314.743
Garantia segurado setor privado	44.841	16.927	(663)	61.105
<b>Total</b>	<b>397.590</b>	<b>44.213</b>	<b>(7.465)</b>	<b>434.338</b>

	31 de dezembro de 2023			
	Prêmios a receber	Prêmios RVNE	Provisão Riscos de Crédito	Total
<b>Ramos</b>				
Garantia obrigações privadas	3.134	-	-	3.134
Garantia obrigações públicas	(2)	-	(11)	(13)
Fiança locatícia	1.240	174	(2)	1.412
Crédito interno	33.695	6.139	-	39.834
Crédito exportação	2.472	5.270	-	7.742
Garantia segurado setor público	286.556	13.396	(3.565)	296.387
Garantia segurado setor privado	13.364	14.785	(544)	27.605
<b>Total</b>	<b>340.459</b>	<b>39.764</b>	<b>(4.122)</b>	<b>376.101</b>

##### b. Prêmios a receber - por vencimento

	2024	2023
<b>Vencidos</b>		
entre 1 e 30 dias	15.599	4.830
entre 31 e 60 dias	6.019	13.001
entre 61 e 180 dias	10.696	10.569
entre 181 e 365 dias	2.630	8.292
acima de 365 dias	5.187	3.743
<b>Total vencidos</b>	<b>40.131</b>	<b>40.435</b>

##### A vencer

entre 1 e 30 dias	6.163	4.550
entre 31 e 60 dias	74.280	75.792
entre 61 e 180 dias	46.603	35.896
entre 181 e 365 dias	58.355	55.311
acima de 365 dias	172.058	128.475
<b>Total a vencer</b>	<b>357.459</b>	<b>300.024</b>
<b>Total vencidos e a vencer</b>	<b>397.590</b>	<b>340.459</b>

O prazo médio ponderado de parcelamento é de 2 anos, considerando uma média aritmética ponderada entre a data de vencimento das parcelas do contas a receber, a data de emissão da apólice e o prêmio a receber.

##### c. Prêmios a receber - movimentação

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>376.101</b>	<b>313.895</b>
Prêmios Emitidos	577.443	517.776
Adicional Fracionamento	9	87
Prêmios Cancelados	(141.346)	(96.168)
RVNE	4.448	4.047
Recebimentos (Provisão)/reversão de redução ao valor recuperável incluindo perda efetiva	(378.835)	(362.716)
<b>Saldo final</b>	<b>434.338</b>	<b>376.101</b>

#### 8 ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos de retrocessão referem-se aos prêmios de retrocessões diferidos que são constituídos pelo valor dos prêmios cedidos em retrocessão, correspondente ao período restante de cobertura do risco, por saldos de recuperação de sinistros, provisão de sinistros ocorridos mas não avisados e provisão de excedente técnico.

##### a. Prêmios e comissões de retrocessões diferidos

	31 de dezembro de 2024		
	PPNG	DCD	PPNG Líquida
Fiança locatícia	8.015	(3.544)	4.471
Crédito interno	49.464	(16.926)	32.538
Crédito exportação	3.365	(1.101)	2.264
Garantia segurado setor público	833.523	(340.815)	492.708
Garantia segurado setor privado	114.165	(49.690)	64.475
<b>Subtotal</b>	<b>1.008.532</b>	<b>(412.076)</b>	<b>596.456</b>
Contrato de retrocessão - garantia de excesso de danos	23.631	-	23.631
<b>Total</b>	<b>1.032.163</b>	<b>(412.076)</b>	<b>620.087</b>

	31 de dezembro de 2023		
	PPNG	DCD	PPNG Líquida
Fiança locatícia	2.565	(1.088)	1.477
Crédito interno	35.885	(12.820)	23.065
Crédito exportação	4.550	(1.686)	2.864
Garantia segurado setor público	786.171	(324.919)	461.252
Garantia segurado setor privado	65.404	(29.048)	36.356
<b>Subtotal</b>	<b>894.575</b>	<b>(369.561)</b>	<b>525.014</b>
Contrato de retrocessão - garantia de excesso de danos	17.773	-	17.773
<b>Total</b>	<b>912.348</b>	<b>(369.561)</b>	<b>542.787</b>

##### Movimentação de prêmios e comissões de retrocessões diferidos

	2024		2023	
	PPNG	DCD	PPNG	DCD
<b>Saldo inicial</b>	<b>912.348</b>	<b>772.080</b>	<b>(369.561)</b>	<b>(311.136)</b>
Constituições	(359.961)	439.723	148.282	(180.298)
Apropriações	479.776	(299.455)	(190.797)	121.873
<b>Saldo final</b>	<b>1.032.163</b>	<b>912.348</b>	<b>(412.076)</b>	<b>(369.561)</b>

##### b. Sinistros pendentes de pagamento/IBNR

	2024	2023
Sinistros pendentes de pagamentos	260.075	257.801
Provisão de despesas relacionadas	14.868	14.177
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	43.792	29.605
<b>Total</b>	<b>318.735</b>	<b>301.583</b>

##### Movimentação provisão de sinistros pendentes de pagamento e provisão de despesas relacionadas

	2024		2023	
	PSL	PDR	PSL	PDR
<b>Saldo inicial</b>	<b>257.801</b>	<b>233.806</b>	<b>14.177</b>	<b>11.621</b>
Constituição	237.489	585.686	1.587	1.634
Recuperação	(157.013)	(344.815)	(2.195)	(1.085)
Reversão	(88.213)	(229.499)	(72)	104
Atualização monetária	10.011	12.623	1.371	1.903
<b>Saldo final</b>	<b>260.075</b>	<b>257.801</b>	<b>14.868</b>	<b>14.177</b>

#### 9 CONTAS A PAGAR

##### Obrigações a pagar

	2024	2023
Fornecedores	23.429	20.955
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	708	410
JCP e Dividendos propostos a pagar	3.363	3.167
<b>Impostos e encargos sociais a recolher</b>	<b>19.358</b>	<b>17.378</b>
Imposto de renda retido de colaboradores	595	623
Imposto de renda retido de terceiros	51	-
Contribuições previdenciárias	316	246
Contribuições para o FGTS	218	370
Outros impostos e encargos sociais	6	5
<b>Encargos trabalhistas</b>	<b>88</b>	<b>77</b>
Férias a pagar	88	77
<b>Impostos e contribuições</b>	<b>425</b>	<b>2.333</b>
Imposto de renda	-	799
Contribuição social	360	1.220
COFINS	56	270
PIS	9	44
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>424</b>	<b>540</b>
<b>Total</b>	<b>24.961</b>	<b>24.528</b>

#### 10 DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES

##### a. Prêmios a restituir

Refere-se a prêmios a restituir às seguradoras no valor de R\$ 8.435 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 4.008 em 31 de dezembro de 2023.

##### b. Operações com retrocessionárias

Referem-se aos prêmios de retrocessão cedidos, provisão para riscos vigentes mas não emitidos, ressarcimento de sinistros pagos e prêmio mínimo de contratos de excesso de danos firmados com retrocessionárias.

	31 de dezembro de 2024				
	Prêmios de Retrocessão	Prêmios RVNE	Sinistros	Prêmios de excesso de danos	Total
<b>Ramos</b>					
Garantia obrigações privadas	1	-	227	3.995	4.223
Garantia obrigações públicas	24	-	-	-	24
Fiança locatícia	1.568	213	-	-	1.781
Crédito interno	34.302	6.253	17.742	-	58.297
Crédito exportação	2.043	5.473	-	-	7.516
Garantia segurado setor público	251.053	11.306	1.963	2.180	266.502
Garantia segurado setor privado	34.538	11.256	2.134	853	48.781
<b>Total</b>	<b>323.529</b>	<b>34.501</b>	<b>22.066</b>	<b>7.028</b>	<b>387.124</b>

	31 de dezembro de 2023				
	Prêmios de Retrocessão	Prêmios RVNE	Sinistros	Prêmios de excesso de danos	Total
<b>Ramos</b>					
Garantia obrigações privadas	1	-	(134)	4.100	3.967
Garantia obrigações públicas	3.727	-	(84)	-	3.643
Fiança locatícia	691	71	-	-	762
Crédito interno	30.965	5.696	2.292	-	38.953
Crédito exportação	2.290	4.882	-	-	7.172
Garantia segurado setor público	235.969	10.975	1.144	2.291	250.379
Garantia segurado setor privado	10.090	9.692	2.186	696	22.664
<b>Total</b>	<b>283.733</b>	<b>31.316</b>	<b>5.404</b>	<b>7.087</b>	<b>327.540</b>

#### 11 PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROADORAS

##### a. Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

	31 de dezembro de 2024		
	PPNG	DCD	PPNG Líquida
Fiança locatícia	14.085	(5.868)	8.217
Crédito interno	49.528	(14.453)	35.075
Crédito exportação	3.418	(933)	2.485
Garantia segurado setor público (a)	965.345	(367.784)	597.561
Garantia segurado setor privado	140.742	(56.172)	84.570
<b>Total</b>	<b>1.173.118</b>	<b>(445.210)</b>	<b>727.908</b>

	31 de dezembro de 2023		
	PPNG	DCD	PPNG Líquida
Fiança locatícia	6.081	(2.473)	3.608
Crédito interno	35.941	(11.026)	24.915
Crédito exportação	4.559	(1.458)	3.101
Garantia segurado setor público (a)	904.801	(349.613)	555.188
Garantia segurado setor privado	85.774	(35.066)	50.708
<b>Total</b>	<b>1.037.156</b>	<b>(399.636)</b>	<b>637.520</b>

(a) Em 2024 e 2023, a Companhia firmou um contrato de resseguro automático com uma seguradora estrangeira. As provisões de PPNG e DCD desse contrato são mensuradas por estimativa, considerando o prêmio estimado previsto contratualmente (*Estimated Premium Income - EPI*). Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da PPNG estimada é de R\$ 838 (R\$323 em 31 de dezembro de 2023) e a da DCD estimada é de R\$ (346) (R\$ (139) em 31 de dezembro de 2023).

##### Movimentação provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e provisão de despesas de comercialização diferidas (DCD)

	2024		2023	
	PPNG	DCD	PPNG	DCD
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.037.156</b>	<b>882.344</b>	<b>(399.636)</b>	<b>(337.126)</b>
Apropriações	(478.815)	(478.805)	180.442	179.326
Constituições	614.777	633.617	(226.016)	(241.836)
<b>Saldo final</b>	<b>1.173.118</b>	<b>1.037.156</b>	<b>(445.210)</b>	<b>(399.636)</b>

##### b. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

	2024	2023
<b>Ramos</b>		
Garantia obrigações privadas	58.314	62.287
Garantia obrigações públicas	115.928	115.789
Fiança locatícia	110	767
Crédito interno	30.812	25.009
Crédito exportação	5.595	5.085
Garantia segurado setor público	31.602	32.676
Garantia segurado setor privado	55.464	60.222
<b>Total</b>	<b>297.825</b>	<b>301.835</b>

A provisão de sinistros a liquidar contempla sinistros avisados em processo de regulação sendo que a parte a recuperar da retrocessionária, encontra-se no ativo.

	2024		2023	
	PSL	PDR	PSL	PDR
<b>Saldo inicial</b>	<b>301.835</b>	<b>269.713</b>		
Constituição	250.194	597.225		
Pagamentos	(177.412)	(351.789)		
Reversão	(89.448)	(230.441)		
Atualização monetária	12.656	17.127		
<b>Saldo final</b>	<b>297.825</b>	<b>301.835</b>		

	2024	2023
<b>c. Provisão de despesas relacionadas (PDR)</b>		
<b>Ramos</b>		
Garantia obrigações privadas	6.125	7.356
Garantia obrigações públicas	1.175	1.194
Fiança locatícia	55	22
Garantia concessões públicas	-	1
Crédito interno	78	73
Gar		

juntos  
Re[/juntore.com](http://juntore.com)Demonstrações Financeiras 2024  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

## JUNTO RESSEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70  
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197  
3º andar | Curitiba/PR

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

## 2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)

	2024	2023
PLA - nível I (*)	371.293	335.276
PLA - nível II	-	-
PLA - nível III	350	344
<b>Subtotal PLA - nível (d)</b>	<b>371.643</b>	<b>335.620</b>
Mínimo 50% do CMR serão cobertos por PLA de nível 1	371.293	335.276
Máximo 15% do CMR serão cobertos por PLA de nível 3	-	-
Máximo 50% do CMR serão cobertos pela soma do	-	-
PLA de nível 2 e nível 3	350	344
Subtotal PLA - limitador (e)	371.643	335.620

## 3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)

	2024	2023
<b>4. PLA (Total) = PL + Ajust. cont. + Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)</b>	<b>371.643</b>	<b>335.620</b>

## 5. Capital mínimo requerido

	2024	2023
Capital base (CB)	60.000	60.000
<b>Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)</b>		
Capital de risco de subscrição	10.103	9.097
Capital de risco de crédito	31.285	22.711
Capital de risco operacional	4.519	4.104
Capital de risco de mercado	928	1.455
Correlação entre os riscos	(4.674)	(4.446)
<b>Capital mínimo requerido</b>	<b>42.161</b>	<b>32.921</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre (CB) e (CR) (h)</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>
<b>Suficiência de capital (i = g - h)</b>	<b>311.643</b>	<b>275.620</b>
<b>Suficiência de capital (j / h)</b>	<b>519%</b>	<b>459%</b>
<b>Índice de solvência (j = g / h)</b>	<b>619%</b>	<b>559%</b>

(\*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 no artigo 56 da Resolução CNSP 432.

## 15 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

## Principais ramos de atuação

## a. Prêmios ganhos

Ramos	2024	2023
Garantia obrigações privadas	-	668
Garantia obrigações públicas	(4)	(40)
Fiança locatícia	2.295	805
Crédito interno	46.119	72.955
Crédito exportação	3.871	4.095
Garantia judicial	-	63
Garantia segurado setor público	214.941	193.978
Garantia segurado setor privado	32.232	27.170
<b>Total</b>	<b>299.454</b>	<b>299.694</b>

## b. Sinistralidade (sinistros ocorridos sobre o prêmio ganho bruto de retrocessão)

Ramos	2024		2023	
	Sinistros ocorridos	% sinistralidade sobre o prêmio ganho	Sinistros ocorridos	% sinistralidade sobre o prêmio ganho
Garantia obrigações privadas	(293)	(100)	(3.079)	(461)
Garantia obrigações públicas	66	(1.650)	583	(1.458)
Fiança locatícia	(602)	(26)	63	8
Crédito interno (i)	(137.221)	(298)	(347.398)	(476)
Crédito exportação	(480)	(12)	(1.099)	(27)
Garantia judicial	15	(100)	22	35
Garantia segurado setor público	(10.847)	(5)	16.645	9
Garantia segurado setor privado	(22.090)	(69)	(16.310)	(60)
<b>Total</b>	<b>(171.452)</b>	<b>(57)</b>	<b>(350.573)</b>	<b>(117)</b>

(j) Em 2023, houve um evento isolado, que impactou individualmente em R\$ 249.003, resultando no aumento expressivo de sinistros ocorridos no respectivo ramo. Entretanto, a Companhia havia retrocedido a totalidade do risco, com recuperação integral do sinistro junto ao retrocessionário (vide item "c" abaixo) e, portanto, sem impacto negativo em seu resultado.

## c. Resultado com retrocessão

	2024	2023
Prêmios cedidos em retrocessão	(535.846)	(556.905)
Variação das despesas de retrocessão	113.958	134.187
Recuperação de sinistros ocorridos	161.741	345.175
Recuperação dos custos de aquisição	207.343	221.714
Variação das receitas de comercialização diferidas	(36.638)	(52.345)
Outras receitas com operações de retrocessão	38.077	38.597
<b>Total</b>	<b>(51.365)</b>	<b>130.423</b>

## Prêmios cedidos em retrocessão

Ramos	2024	2023
Garantia obrigações privadas	-	(476)
Fiança locatícia	(7.345)	(2.861)
Crédito interno	(79.672)	(75.971)
Crédito exportação	(4.201)	(6.099)
Garantia judicial	-	5
Garantia segurado setor público	(353.663)	(435.273)
Garantia segurado setor privado	(90.965)	(36.230)
<b>Total</b>	<b>(535.846)</b>	<b>(556.905)</b>

## Variação das despesas de retrocessão - Provisão de prêmio não ganho

Ramos	2024	2023
Garantia obrigações públicas	-	(3)
Fiança locatícia	5.197	2.430
Crédito interno	13.293	(27.819)
Crédito exportação	(908)	(44)
Garantia judicial	-	(48)
Garantia segurado setor público	50.372	161.206
Garantia segurado setor privado	46.004	(1.535)
<b>Total</b>	<b>113.958</b>	<b>134.187</b>

## Recuperação de sinistros ocorridos

Ramos	2024	2023
Garantia obrigações privadas	923	1.801
Garantia obrigações públicas	9	(49)
Fiança locatícia	770	(136)
Crédito interno	137.221	347.539
Crédito exportação	480	1.099
Garantia judicial	(7)	(21)
Garantia segurado setor público	8.742	(14.489)
Garantia segurado setor privado	13.603	9.431
<b>Total</b>	<b>161.741</b>	<b>345.175</b>

## Recuperação dos custos de aquisição

Ramos	2024	2023
Garantia obrigações privadas	923	1.801
Garantia obrigações públicas	9	(49)
Fiança locatícia	770	(136)
Crédito interno	137.221	347.539
Crédito exportação	480	1.099
Garantia judicial	(7)	(21)
Garantia segurado setor público	8.742	(14.489)
Garantia segurado setor privado	13.603	9.431
<b>Total</b>	<b>161.741</b>	<b>345.175</b>

## Recuperação dos custos de aquisição

Ramos	2024	2023
Garantia obrigações privadas	923	1.801
Garantia obrigações públicas	9	(49)
Fiança locatícia	770	(136)
Crédito interno	137.221	347.539
Crédito exportação	480	1.099
Garantia judicial	(7)	(21)
Garantia segurado setor público	8.742	(14.489)
Garantia segurado setor privado	13.603	9.431
<b>Total</b>	<b>161.741</b>	<b>345.175</b>

## Recuperação dos custos de aquisição

## Receitas de comercialização com retrocessão

Ramos	2024	2023
Fiança locatícia	3.217	1.192
Crédito interno	27.404	27.191
Crédito exportação	1.141	2.653
Garantia segurado setor público	138.499	176.677
Garantia segurado setor privado	37.082	14.001
<b>Total</b>	<b>207.343</b>	<b>221.714</b>

## d. Outras receitas (despesas) com operações de retrocessão

	2024	2023
Participação nos lucros de retrocessão	39.612	39.626
Outras receitas (despesas)	(1.535)	(1.029)
<b>Total</b>	<b>38.077</b>	<b>38.597</b>

## e. Despesas administrativas

	2024	2023
Pessoal próprio	(3.999)	(3.993)
Serviços de terceiros	(8.015)	(5.666)
Localização e funcionamento	(951)	(841)
Publicidade e propaganda	(52)	(26)
Despesas com publicações	(30)	(31)
Doativos e contribuições	(957)	(1.034)
Outras despesas administrativas	(79)	(75)
<b>Total</b>	<b>(14.083)</b>	<b>(11.666)</b>

## f. Despesa com tributos

	2024	2023
Impostos federais	(6.117)	(5.903)
Impostos municipais	(49)	(43)
Contribuições para a COFINS	(2.599)	(3.219)
Contribuições para o PIS	(422)	(523)
Taxa de fiscalização	(717)	(644)
<b>Total</b>	<b>(9.904)</b>	<b>(10.332)</b>

## g. Resultado financeiro

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos de renda fixa privados	2.733	3.127
Receitas com títulos de renda fixa públicos	39.757	40.134
Receitas com fundos de investimentos	3.158	2.861
Receitas com resseguros e retrocessões	12.979	15.168
Outras receitas financeiras	2	222
<b>Total</b>	<b>58.629</b>	<b>61.512</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas com resseguros e retrocessões	(15.556)	(20.494)
Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	(1.265)	(1.274)
Outras despesas financeiras	(15)	(11)
<b>Total</b>	<b>(16.836)</b>	<b>(21.779)</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>41.793</b>	<b>39.733</b>

## 16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício

	2024	2023
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>95.753</b>	<b>98.129</b>
Alíquota nominal	40%	40%
Impostos à alíquota nominal	(38.302)	(39.251)
Provisão para participação nos lucros	236	310
Efeito dos incentivos fiscais	576	637
Efeito do destaque de JCP	9.110	8.178
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(28.385)</b>	<b>(30.126)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(28.385)	(30.221)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	95
Alíquota efetiva	30%	31%

## b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	303	-	(114)	189
Outros créditos (RVR ativo de retrocessão)	42	119	-	161
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>345</b>	<b>119</b>	<b>(114)</b>	<b>350</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>345</b>	<b>119</b>	<b>(114)</b>	<b>350</b>

## Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2023			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	208	95	-	303
Provisões civis	11	-	(11)	-
Outros créditos (PDD Sinistros)	31	11	-	42
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>250</b>	<b>106</b>	<b>(11)</b>	<b>345</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>250</b>	<b>106</b>	<b>(11)</b>	<b>345</b>

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.

## c. Projeção de realização dos créditos tributários sobre as diferenças tributárias temporárias.

Ano	IRPJ	CSLL
Realização em 2025	159	96
Realização em 2026	-	-
Realização em 2027	-	-
Realização em 2028	60	35
	<b>219</b>	<b>131</b>

O estudo elaborado pela Companhia para a realização do crédito tributário relacionados a provisão para crédito de liquidação duvidosa leva em consideração a tabela de dedutibilidade fiscal, que prevê somente para 2025 e 2028 a utilização dos respectivos créditos.

## 17 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas pertencentes ao Grupo J. Malucelli e Grupo Junto Seguros. Os principais saldos na data do balanço, bem como as receitas (despesas) do exercício, estão apresentados a seguir:

Ativo	2024	2023
<b>Prêmios de Resseguro</b>		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	286.019	327.067
<b>Ativos de retrocessão - prêmios de retrocessão diferidos</b>		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	18.979	18.474
<b>Total</b>	<b>304.998</b>	<b>345.541</b>

## Passivo

	2024	2023
<b>JCP e Dividendos a pagar</b>		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	19.358	17.379
<b>Outras contas a pagar</b>		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	428	377

## Prêmios de Retrocessão

	2024	2023
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	3.918	4.450

## Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

	2024	2023
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	649.735	578.447

## Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

	2024	2023
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	279.799	290.328
<b>Total</b>	<b>929.534</b>	<b>868.775</b>

## Demonstração do resultado

	2024	2023
<b>Prêmios emitidos líquidos</b>		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	322.925	329.796
<b>Prêmios de retrocessão cedidos</b>		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	(10.693)	(32.990)
<b>Variação das despesas de retrocessão</b>		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	15.704	23.257

## Variações das provisões técnicas

|--|--|

juntos  
Re

/juntore.com

# Demonstrações Financeiras 2024

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

**JUNTO RESSEGUROS S.A.**

CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

★ continuação

## RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

### Aos Diretores da Junto Resseguros S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da **Junto Resseguros S.A.** ("Companhia") é um órgão estatutário subordinado ao Diretor Presidente e a Assembleia Geral de Acionistas, instituído em 30 de março de 2013, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno.

O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela **Companhia** e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O Comitê é composto por membros independentes eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a diretoria em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da **Companhia**. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos

auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises, decorrentes de seu trabalho, ao longo do exercício de 2024.

### Principais Atividades do Comitê

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, na sede da **Companhia** ou por vídeo conferência, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder aos questionamentos formulados. O Comitê acompanha e revisa, à distância, os documentos e informações a ele submetidos.

As atividades do Comitê, no exercício de 2024 até esta data, incluíram:

a) Reuniões com os executivos das áreas de Contabilidade, Controladoria, Financeiro e Investimentos, Atuarial, Compliance e Controles Internos, Operações, Ouvidoria, Tecnologia da Informação (infraestrutura e segurança da informação) e áreas operacionais, bem como com os profissionais responsáveis pela Auditoria Interna, e com os Auditores Independentes.

b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos e gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas, externas e internas, da **Companhia**.

c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da **Companhia** e com seus Auditores Independentes, sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos, e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes.

d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da **Companhia**, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros

Privados - SUSEP.

O Comitê realizou, ainda, reuniões com o Diretor-Presidente e membros da Diretoria Executiva da **Companhia**.

O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos anuais de trabalho, e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade, e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiado no relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, entende que, as demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, encontram-se em condições de serem apreciadas pela Diretoria.

O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocasse em risco a continuidade da **Companhia** ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2025

**Paulo José Arakaki** - Coordenador do Comitê de Auditoria  
**Maurício Alvarez da Silva** - Membro do Comitê de Auditoria  
**Alberto Spilborghs Neto** - Membro do Comitê de Auditoria

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

### Aos Acionistas e Administradores da

#### Junto Resseguros S.A.

#### Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Junto Resseguros S.A.** (a seguir denominada "Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

#### Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados,

relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

#### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas

demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Junto Resseguros S.A.** em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

#### Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2025

**Brenda de Borja Trajano** - Atuária Auditora Independente  
MIBA 2842 - CPF 029363920/55

**Mirador Assessoria Atuarial Ltda.** CIBA 84CNPJ: 04.941.624/0001-64  
Av. Padre Cacicque, 320 - 3º andar, Porto Alegre, RS, 90810-240 [mirador360.com.br](http://mirador360.com.br)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Aos Acionistas e Administradores da

#### Junto Resseguros S.A.

#### Curitiba - PR

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Junto Resseguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Junto Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros

Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2025



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

**Érika Carvalho Ramos**  
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/8613-32F9-CA54-3405> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8613-32F9-CA54-3405



### Hash do Documento

D829E3A0A26EB8F53525CFD9B10725971291533BB2061C3C54BE6F07CE254AAE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2025 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 76.637.305/0001-70 em 28/02/2025 07:58 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

